



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA



Informação nº 30/20 – Diplan

Brasília (DF), 26 de junho de 2020.

Processo nº 10209/19-e

Assunto: Minuta de Resolução que institui o Manual de Auditoria e demais fiscalizações – Parte Geral e revisão do Manual de Auditoria proposto.

Senhor Diretor,

Em atendimento ao Despacho (e-DOC C40271CC), foram examinadas a minuta de Resolução e a proposta de Manual de Auditoria (e-DOCs 90C9B33D e 4396584F), que dispõem sobre o assunto em epígrafe, quanto aos critérios de redação e padronização de sua forma, consoante o disposto na Portaria nº 95/98 e no art. 26, VII do Regulamento dos Serviços Auxiliares, aprovado pela Resolução nº 273/14. A propósito, foram elaboradas nova minuta de Resolução e nova versão para a proposta de Manual de Auditoria (e-DOCs 3EA2D0F6 e 4ECB8C3C), com as sugestões oferecidas por esta Divisão.

2. Primeiramente, registre-se que foram adotados os seguintes critérios:

- foi excluído o artigo 3º da minuta de Resolução, conforme acordado com a Presidência, haja vista a necessidade de normas próprias, segundo as peculiaridades do TCDF sobre o tema;

- a grafia das siglas seguiu o estabelecido no Manual de Redação Oficial do TCDF (p. 228), ou seja, a sigla deve vir após o nome e separada por um traço (–);

- dada a extensão do texto do Manual de Auditoria, abaixo apenas indicaram-se as alterações de mérito, de modo que propostas de correções meramente gramatical e de padronização de texto não foram indicadas. Há de se frisar ainda que as propostas de alterações foram submetidas, via *e-mail*, à Segecex, que concordou com as sugestões apresentadas.

3. A seguir são apresentadas as referidas alterações, destacadas na cor vermelha e sublinhadas:



Minuta de Resolução

3.1 REDAÇÃO ORIGINAL

“A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso L do art. 16 do Regimento Interno do Regimento Interno, tendo em vista o que consta do Processo nº 10.209/2019, e,”

3.1 REDAÇÃO SUGERIDA

“A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o inciso L do art. 16 do Regimento Interno, tendo em vista o que consta do Processo nº 10209/19-e, e”

3.2 REDAÇÃO ORIGINAL

“Art. 4º (...):

I - as Normas de Auditoria Governamental – NAG, expedidas conjuntamente pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON e o Instituto Rui Barbosa - IRB;

II - as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público – NBASP, Níveis 1 e 2, expedidas pelo Instituto Rui Barbosa – IRB;

Parágrafo Único. Na existência de divergências e incompatibilidades entre as normas indicadas neste artigo devem prevalecer as disposições das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público - NBASP.”

3.2 REDAÇÃO SUGERIDA

“Art. 3º (...):

I = as Normas de Auditoria Governamental – NAG, expedidas conjuntamente pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – Atricon e o Instituto Rui Barbosa = IRB;

II = as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público – NBASP, Níveis 1 e 2, expedidas pelo Instituto Rui Barbosa – IRB_u.

Parágrafo único. Na existência de divergências e incompatibilidades entre as normas indicadas neste artigo_u devem prevalecer as disposições das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público = NBASP.”

Justificativa: 1 – Com a exclusão do art. 3º, renomeou-se o art. 4º para art. 3º. **Obs.** Como o art. 4º estava em duplicidade, não será necessário renomear os artigos posteriores. 2 – A grafia da sigla segue o estabelecido no Manual de Redação Oficial do TCDF (p. 228). 3 – Colocada a expressão “parágrafo único” em *itálico*, conforme Manual de Redação Oficial do TCDF (p. 52).



Manual de Auditoria

3.3 REDAÇÃO ORIGINAL

“Prepondera neste Manual a função fiscalizadora, que se dará em todos os níveis, inclusive pelo acompanhamento da execução de projetos e atividades e da movimentação de recursos de fundos especiais ou contábeis, com a finalidade de avaliar os resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos e entidades jurisdicionados, bem como dos princípios da economicidade.” (p. 11)

3.3 REDAÇÃO SUGERIDA

“Prepondera neste Manual a função fiscalizadora, que se dará em todos os níveis, inclusive pelo acompanhamento da execução de projetos e atividades e da movimentação de recursos de fundos especiais ou contábeis, com a finalidade de avaliar os resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos e entidades jurisdicionados, bem como dos princípios da economicidade, legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.” (p. 11)

Justificativa: Acrescentados os demais princípios da Administração Pública, conforme expressos no art. 37 da Constituição Federal.

3.4 REDAÇÃO ORIGINAL

“O monitoramento é o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para verificar o cumprimento de suas deliberações, determinações e recomendações, em processos de auditorias e os resultados delas advindos, sempre que possível a aferição.” (p. 11)

3.4 REDAÇÃO SUGERIDA

“O monitoramento é o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para verificar o cumprimento de suas deliberações em processos de auditorias e os resultados delas advindos, sempre que possível a aferição.” (p. 11)

Justificativa: Excluídas as palavras “determinações e recomendações”, pois são tipos de “deliberações”, sendo que, como estava redigido, poderia dar azo à compreensão de que “determinações e recomendações” não são “deliberações”.

3.5 REDAÇÃO ORIGINAL

“Tem por objetivo determinar se intervenções, programas e instituições estão operando em conformidade com os princípios de economicidade, eficiência e efetividade, bem como se há espaço para aperfeiçoamento.” (p. 16)



3.5 REDAÇÃO SUGERIDA

“Tem por objetivo determinar se intervenções, programas e instituições estão operando em conformidade com os princípios de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade bem como se há espaço para aperfeiçoamento.” (p. 16)

Justificativa: Incluída a palavra “eficácia”. Considerando que tal conceituação origina-se de norma de língua inglesa, na qual se usa a mesma palavra para “eficácia” e “efetividade”, para deixar completo o conceito original é necessária essa inclusão.

3.6 REDAÇÃO ORIGINAL

“São as auditorias aprovadas anualmente pelo Tribunal, em programa geral consolidado” (p. 17)

3.6 REDAÇÃO SUGERIDA

“São as auditorias aprovadas anualmente no plano de fiscalização elaborado pela Presidência, em consulta com os relatores, e aprovado pelo Plenário.” (p. 17)

Justificativa: Redação alterada para se adequar ao art. 237 do Regimento Interno do TCDF.

3.7 REDAÇÃO ORIGINAL

*“**Fonte:** ISSAI nível 3.” (p. 18)*

3.7 REDAÇÃO SUGERIDA

*“**Fonte:** NBASP 100.” (p. 18)*

Justificativa: Alterada a referência, pois as ISSAIs foram reestruturadas e não estão mais divididas em níveis.

3.8 REDAÇÃO ORIGINAL

“Por outro lado, quando credenciado pelo Presidente do Tribunal ou, por delegação deste, pelo Secretário de Controle Externo do Tribunal, para desempenhar funções de fiscalização, ao auditor são asseguradas as seguintes prerrogativas:

(...).” (p. 21)

3.8 REDAÇÃO SUGERIDA

“Por outro lado, quando credenciado pela Presidência do Tribunal ou, por delegação desta, pela Secretaria-Geral de Controle Externo do Tribunal para desempenhar funções de fiscalização, ao a auditor são asseguradas as seguintes prerrogativas:

(...).” (p. 21)

Justificativa: Considerando que a *Presidência* e a *Secretaria-Geral* podem ser ocupadas por agente masculino ou feminino, entende-se melhor o emprego de “Presidência” e “Secretaria”. Além disso, a delegação, nesse caso, deve recair sobre a “Secretaria-Geral de Controle Externo”.



3.9 REDAÇÃO ORIGINAL

“(...) A título de exemplo, no caso das auditorias, os controles de qualidade serão realizados quando da elaboração do relatório de levantamento preliminar da auditoria (RLPA), da versão prévia do relatório de auditoria (RPA) e da versão final do Relatório de Auditoria (RFA).” (p. 24)

3.9 REDAÇÃO SUGERIDA

“(...) A título de exemplo, no caso das auditorias, os controles de qualidade serão realizados quando da elaboração do Relatório de Levantamento Preliminar da Auditoria – RLPA, da versão prévia do Relatório de Auditoria – RPA e da versão final do Relatório de Auditoria – RFA.” (p. 24)

Justificativa: Grafadas as siglas conforme Manual de Redação Oficial do TCDF (p. 228).

3.10 REDAÇÃO ORIGINAL

“O Relatório Final do CCQA, contendo os resultados da asseguuração da qualidade e as recomendações de aperfeiçoamento dos trabalhos, será submetido à aprovação do Secretário-Geral de Controle Externo, para posterior envio à Presidência do TCDF em tempo hábil para adoção de medidas apropriadas.” (p. 26)

3.10 REDAÇÃO SUGERIDA

“O Relatório Final do CCQA, contendo os resultados da asseguuração da qualidade e as recomendações de aperfeiçoamento dos trabalhos, será submetido à aprovação do Secretário-Geral de Controle Externo, para posterior envio pela Presidência do TCDF ao Corregedor do Tribunal em tempo hábil para adoção de medidas apropriadas.” (p. 26)

Justificativa: Alterada a redação para adequar ao disposto no art. 1º da Resolução nº 194/09.

3.11 REDAÇÃO ORIGINAL

“Auditoria operacional: o objetivo geral da auditoria operacional é promover, construtivamente, a governança econômica, efetiva e eficaz. Ela também contribui para a accountability e transparência. O auditor deve estabelecer um objetivo de auditoria claramente definido que se relacione aos princípios de economicidade, eficiência e efetividade.” (p. 50)

3.11 REDAÇÃO SUGERIDA

“Auditoria operacional: o objetivo geral da auditoria operacional é promover, construtivamente, a governança econômica, efetiva e eficaz. Ela também contribui para a accountability e transparência. O auditor deve estabelecer um objetivo de auditoria claramente



definido que se relacione aos princípios de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade.” (p. 50)

Justificativa: Incluída a palavra “eficácia”. Considerando que tal conceituação origina-se de norma de língua inglesa, na qual se usa a mesma palavra para “eficácia” e “efetividade”, para deixar completo o conceito original é necessária essa inclusão.

3.12 REDAÇÃO ORIGINAL

“O monitoramento é o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para verificar o cumprimento de suas deliberações, determinações e recomendações, em processos de auditorias, e os resultados delas advindos, sempre que possível a aferição.” (p. 82)

3.12 REDAÇÃO SUGERIDA

“O monitoramento é o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para verificar o cumprimento de suas deliberações em processos de auditorias, e os resultados delas advindos, sempre que possível a aferição.” (p. 82)

Justificativa: Excluídas as palavras “determinações e recomendações”, pois são tipos de “deliberações”, sendo que, como estava redigido, poderia dar azo à compreensão de que “determinações e recomendações” não são “deliberações”.

3.13 REDAÇÃO ORIGINAL

“Incumbe ao Secretário Geral de Controle Externo propor ao Tribunal, ao final de cada exercício, após análise das sugestões dos Secretários de Controle Externo, as auditorias a serem monitoradas no exercício seguinte.” (p. 82)

3.13 REDAÇÃO SUGERIDA

“Incumbe ao Secretário-Geral de Controle Externo propor ao Tribunal, ao final de cada exercício, após análise das sugestões dos Secretários de Controle Externo, as auditorias a serem monitoradas no exercício seguinte, que integram o plano de fiscalização a ser elaborado pela Presidência, em consulta com os relatores, e aprovado pelo Plenário.” (p. 82)

Justificativa: Redação alterada para se adequar ao art. 237 do Regimento Interno do TCDF.

3.14 REDAÇÃO ORIGINAL

“No contexto de uma auditoria de desempenho, avaliação de risco pode ser definida como a identificação e análise de riscos-chave para o alcance de objetivos relacionados à economicidade, eficiência e efetividade, formando assim uma base para desenvolver as possíveis questões de auditoria e determinar o potencial escopo da auditoria;” (p. 180)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA



3.14 REDAÇÃO SUGERIDA

“No contexto de uma auditoria operacional, avaliação de risco pode ser definida como a identificação e análise de riscos-chave para o alcance de objetivos relacionados à economicidade, eficiência, eficácia e efetividade, formando assim uma base para desenvolver as possíveis questões de auditoria e determinar o potencial escopo da auditoria;” (p. 180)

Justificativa: Redação alterada para deixar padronizada com outras partes do texto do Manual.

4. Feitos esses esclarecimentos, encaminham-se nova minuta de Resolução e nova versão para a proposta de Manual de Auditoria (e-DOCs 3EA2D0F6 e 4ECB8C3C), com as alterações citadas.

À consideração superior.

MAURI SIQUEIRA MONTESSI

ANAP – Matrícula 1636-7

De acordo. Encaminhe-se à Exma. Sra. Presidente.

LUIZ GENÉDIO MENDES JORGE

Diretor